



1.

ATA

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores - Adelina Paula Mendes Pinto, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Alberto Vieira Fernandes, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e Hugo Miguel Alves Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora de Departamento, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O Presidente da Câmara cumprimentou e agradeceu a presença nesta reunião das diretoras dos Agrupamentos de Escolas Virgínia Moura e João de Meira, tendo informado que os referidos estabelecimentos de ensino, juntamente com o Agrupamento de Escolas Arqueólogo Mário Cardoso, obtiveram a certificação de Eco-Escolas e foram distinguidos com a Bandeira Verde, pela Associação Bandeira Azul. -----

De seguida, o Presidente da Câmara informou que ia ser apresentado ao Executivo municipal o testemunho da viagem de moto que o cidadão Abel Cardoso protagonizou recentemente, desde Guimarães, para prestar homenagem aos militares vimaranenses que morreram na Batalha de La Lys, durante a I Guerra Mundial, e cujos restos mortais repousam no Cemitério Português de Richebourg, em França. Abel Cardoso deu a conhecer, através da exibição de um vídeo, o momento da entrega da placa evocativa do tributo à memória dos soldados, oferecida pelo Município de

Guimarães. Na sequência, fez a entrega, ao Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, da medalha de Cidadão Honorário da vila francesa, atribuída pelo Presidente da Câmara de Richebourg, Gérard Delahaye, que, em mensagem gravada em vídeo exibido, realçou a sensibilidade pela iniciativa desenvolvida através do programa «Alma dos Lugares», com o apoio do Município de Guimarães, na colocação de uma placa no Cemitério de Richebourg em homenagem aos soldados vimaranenses que pereceram na Batalha de La Lys, no ano do seu centenário. -----

O Presidente da Câmara agradeceu a distinção feita pelo Presidente da Câmara de Richebourg, tendo aproveitado para anunciar que na próxima semana irá participar nas comemorações do centenário do Armistício em Compiègne, cidade geminada com Guimarães, homenagem que referiu ser de inteira justiça para com estes cidadãos vimaranenses, adiantando que em Guimarães será feita uma réplica da placa colocada em Richebourg, para assinalar uma homenagem semelhante. -----

De seguida, o Presidente da Câmara informou que no ano letivo 2017-2018, 42 escolas do concelho de Guimarães obtiveram a certificação de Eco-Escolas tendo sido distinguidas pela Associação Bandeira Azul, com a Bandeira Verde, as seguintes escolas: Colégio do Ave; Escola Básica 2,3 D. Afonso Henriques; Escola Básica 2,3 de S. Torcato; Escola Básica Virgínia Moura; Escola Básica da Charneca; Escola Básica das Taipas; Escola Básica de Cruz de Argola; Escola Básica de Abação; Escola Básica de Cerca do Paço; Escola Básica de Corvite; Escola Básica de Ponte; Escola Básica de Sande, Vila Nova; Escola Básica de Serzedo; Escola Básica e Secundária Santos Simões; Escola EB 2,3 Abel Salazar – Ronfe; Escola EB 2,3 Egas Moniz; Escola EB 2,3 Fernando Távora; Escola EB 2,3 João de Meira; Escola EB 2,3 de Briteiros; Escola EB 2,3 de Pevidém; Escola EB 2/3 Arqueólogo Mário Cardoso; Escola Básica Agostinho da Silva; Escola Básica de Pinheiro; Escola



Básica de S. Faustino, Escola Básica de Deserto, Escola Básica Oliveira do Castelo; Escola Básica da Pegada; Escola Básica de Longos; Escola Básica de Pinheiral; Escola EB1/JI S. Roque; Escola EB1/JI Calvos; Escola EB1/JI Monte – Guardizela; Escola EB1/JI de Aula Conde; Escola EB1/JI de Poças - Airão Santa Maria; Escola EB1/JI de Santa Luzia; Escola EB1/JI de Vermis; Escola EB1/JI do Alto Lordelo; Escola EB1/JI do Carreiro; Escola Profissional Cenatex; Escola Profissional Profitecla – Guimarães; Escola Secundária Martins Sarmiento e Escola Secundária de Caldas das Taipas. -----

Seguidamente, entregou aos responsáveis dos Agrupamentos de Escolas João de Meira e Virgínia Moura os galardões de Eco-Agrupamentos, tendo passado a palavra às respetivas diretoras que agradeceram o convite e o reconhecimento do trabalho realizado, salientando os valores que transmitem aos alunos. -----

-----**VOTO DE PESAR**-----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, um voto de pesar. -----

VOTO DE PESAR - MARIA DA GLÓRIA REBELO - MÃE DO VEREADOR HUGO RIBEIRO – Presente a seguinte proposta: “Falecida na passada semana, Maria da Glória Rebelo era mãe do Vereador Dr. Hugo Ribeiro. Inteiramente dedicada ao cuidado da extensa família que, com especial desvelo, criou e acarinhou, a generosidade e altruísmo que nortearam a vida de Maria da Glória Rebelo foram traços marcantes para todos quantos tiveram o privilégio de a conhecer. A Câmara Municipal de Guimarães expressa o seu Voto de Pesar à Família enlutada, solidarizando-se com a sua dor”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**INTERVENÇÕES**-----

1. Vereador André Coelho Lima – Felicitou a Câmara Municipal por ter acolhido em Guimarães a comemoração do Dia do Exército, considerando

uma iniciativa muito importante para o Município. Lembrou a intervenção do General Chefe do Estado-Maior do Exército na cerimónia militar ocorrida no Campo de S. Mamede no sentido de que o concelho de Guimarães se envolvesse de forma permanente com o exército português, dizendo, a propósito, que os Vereadores eleitos pela Coligação Juntos por Guimarães se associam a esse repto. -----

2. Presidente da Câmara – Disse ter deixado uma nota ao General Chefe do Estado-Maior do Exército e ao Ministro da Defesa sobre a importância de o primeiro exército português ter tido a sua primeira batalha em Guimarães, a Batalha de S. Mamede, Dia Um de Portugal, facto, segundo disse, reconhecido por ambos e que poderá culminar na realização, em Guimarães, de iniciativas mais regulares em colaboração com o exército português. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do Relatório e Contas do 1.º Semestre de 2018 da VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 15 de outubro de 2018, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

2. Da listagem dos compromissos anuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 25.º do Regulamento de Execução Orçamental da Câmara Municipal de Guimarães – ano 2018, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

3. Da seguinte informação: “**Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico – Ano letivo 2018/2019** - Como é de conhecimento superior, é apresentada anualmente pelo Município candidatura aos apoios financeiros concedidos



L.

pelo Ministério de Educação e Ciência, no âmbito do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, aprovado pelo Despacho nº 8452-A/2015, de 30 de julho, e publicado no Diário da República nº 148, (2ª série), de 31 de julho. De acordo com a informação prestada pela DGESTE está disponível a aplicação informática REVVASE-PGR para a formalização da candidatura referente ao ano letivo 2018/2019. Na candidatura deverá ser prestada informação, por cada estabelecimento de ensino, relativamente a: regime de funcionamento; estimativa de alunos do 1º ciclo que vão usufruir da refeição escolar; horário e local onde vão ser servidas as refeições; entidade que confeciona as refeições; custo de cada refeição escolar. O número previsível de alunos que será abrangido pelo Programa no corrente ano letivo é de 4630, distribuídos por 59 escolas básicas, tendo-se estimado um custo médio refeição/aluno de €2,273. Em face do exposto, solicita-se autorização superior para desencadear os procedimentos necessários à formalização da candidatura.” -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2018. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE SILVARES – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - RECONSTRUÇÃO DOS PASSEIOS NA URBANIZAÇÃO DA CERCA E NA URBANIZAÇÃO DA SANTA APOLÓNIA – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 19 de dezembro de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 7 de dezembro de 2018, que aprovou a celebração de

um Contrato de Atribuição de subsídio com a Freguesia de Silvares para a execução de obras de reconstrução dos passeios na Urbanização da Cerca e na Urbanização da Santa Apolónia, bem como a transferência de uma verba no valor de €39.489,49. Verificou-se, entretanto, que a área de intervenção é do domínio público municipal, pelo que o mesmo deve ser tratado como delegação de competências e não como subsídio. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à Câmara Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal, a revogação das deliberações acima identificadas, bem como a aprovação da delegação de competências na Freguesia de Silvares para execução das referidas obras, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, transferindo uma verba no valor de €39.489,49, mediante celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências. Não tendo sido possível executar as referidas obras até 31 dezembro de 2017, o prazo para a sua conclusão é até 31 de dezembro de 2018. A verba será paga mediante autos de medição a elaborar pelo Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE POLVOREIRA – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 5 DE JULHO DE 2018 – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 25 de setembro de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães, datada de 5 de julho de 2018, que revogou as deliberações de 3 de agosto de 2017 e de 27 de novembro de 2017, referentes à aprovação de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Polvoreira para execução de trabalhos de construção de muros em arruamentos da Freguesia e melhoria da eficiência energética do edifício



11.
[Handwritten signature]

da sede da Junta, com a transferência de uma verba no valor de €21.611,63. No entanto, verificou-se que as deliberações revogadas não foram devidamente identificadas, isto é, as deliberações da Câmara Municipal de Guimarães e da Assembleia Municipal de Guimarães que aprovaram a celebração de um Contrato de atribuição de subsídio com a Freguesia de Polvoreira para execução de trabalhos de construção de muros em arruamentos da Freguesia e melhoria da eficiência energética do edifício da sede da Junta, com a transferência de uma verba no valor de €21.611,63, são de 12 de abril de 2018 e de 30 de abril de 2018, respetivamente, e não de 3 de agosto de 2017 e de 27 de novembro de 2017 como foi indicado. Assim, submete-se à Câmara Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal, a aprovação da alteração das deliberações de 5 de julho de 2018 e de 25 de setembro de 2018, porquanto aquelas deliberações revogaram as anteriores datadas, respetivamente, de 12 de abril de 2018 e de 30 de abril de 2018 e não de 3 de agosto de 2017 e de 27 de novembro de 2017.”

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE SELHO S. JORGE – SUBSÍDIO E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – CEMITÉRIO E PAVIMENTAÇÃO DA RUA DA SAUDADE

– Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal, em sessão realizada em 18 de junho de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal aprovada em 7 de junho de 2018, que aprovou a celebração de um contrato de atribuição de subsídio com a Freguesia de Selho S. Jorge, para a conclusão da obra de requalificação do Cemitério da freguesia, aprovando a transferência de uma verba no valor de €75.606,82. Ao tempo não se identificou que, além das obras no cemitério, também decorreriam obras de pavimentação da Rua da Saudade, via de acesso ao cemitério e do domínio público municipal, configurando, portanto, uma delegação de

competências e não subsídio. Assim, a) O apoio a título de subsídio deve manter-se para a obra do cemitério, no valor de €35.068,99; b) O apoio para a pavimentação da Rua da Saudade, no valor de €40.537,83, deve ser considerado delegação de competências. Tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à Câmara Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal, a revogação das deliberações acima identificadas, aprovando-se agora a atribuição de um subsídio, no valor de €35.068,99, destinado a obras no Cemitério, e a delegação de competências para pavimentação da Rua da Saudade, no valor de €40.537,83, mediante a celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, tudo ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e das alíneas j) e k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. As referidas verbas serão pagas mediante autos de medição a elaborar pelo Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE MESÃO FRIO – SUBSÍDIO E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – OBRAS DE BENEFICIAÇÃO EM DIVERSOS ARRUAMENTOS

– Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal, em sessão realizada em 30 de abril de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal aprovada em 12 de abril de 2018, que aprovou a celebração de um Contrato de atribuição de subsídio com a Freguesia de Mesão Frio, para execução de obras de beneficiação em diversos arruamentos, nomeadamente: Ruela junto à Rua Maria José Castro e Ruela Junto à Rua de São Romão; Rua da Estação; Rua da Montanha; Rua de Sairrão e Rua da Cruz D’Argola, aprovando um apoio no valor de €27.003,68. Entretanto, verifica-se um lapso quanto à dominialidade da rua da Montanha, da rua do Sairrão e da Rua da Cruz D’Argola, que são municipais e não da Freguesia,



1.

pelo que o valor atribuído para as obras nestas vias configura delegação de competências e não subsídio. Assim: o apoio a título de subsídio deve manter-se para as obras na Ruela junto à Rua Maria José Castro e Ruela Junto à Rua de São Romão, no valor de €10.808,16; a verba para as obras na Rua da Montanha, na Rua de Sairrão e na Rua da Cruz D'Argola, no valor de €16.195,52, deve ser considerado delegação de competências. Tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à Câmara Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal, a revogação das deliberações acima identificadas, aprovando-se agora a atribuição de um subsídio, no valor de €10.808,16, destinado às obras na Ruela junto à Rua Maria José Castro e Ruela Junto à Rua de São Romão, e a delegação de competências para execução das obras na Rua da Montanha, na Rua de Sairrão e na Rua da Cruz D'Argola, no valor de €16.195,52, mediante a celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, tudo ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e das alíneas j) e k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. As referidas verbas serão pagas mediante autos de medição a elaborar pelo Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. --**

FREGUESIAS – FREGUESIA DE URGEZES - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO COMPETÊNCIAS – ANO DE 2017 – PRIMEIRA REVISÃO – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 24 de fevereiro de 2017, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 19 de janeiro de 2017, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Urgezes, para execução da obra de “Pavimentação da rua do Paulino Lobo, rua Portela dos Remédios, rua Primeiro de Maio, rua Francisco Silva Areias,

rua 4 de Outubro, rua Quebradas das Trofas, rua Bernardino Jordão, rua Amigos de Urgezes e rua do Outeiro”, com uma verba no valor de €75.954,42. O Presidente da Junta da Freguesia informou não ter sido possível concluir todas as pavimentações acima identificadas no ano de 2017, solicitando a alteração do prazo do respetivo contrato, sendo que em 2017, foram elaborados autos de medição, no valor total de €70.038,93, correspondentes aos trabalhos realizados no ano de 2017. Assim, nos termos da cláusula 11ª do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado em 22 de junho de 2017, submete-se à consideração do executivo camarário, para posterior aprovação pelo órgão deliberativo, a aprovação de uma revisão àquele contrato, passando a cláusula 7ª a ter a seguinte redação: “O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2018”.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE SERZEDELO – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – COLOCAÇÃO DE GRADEAMENTO DE PROTEÇÃO –

Presente a seguinte proposta: “Pretende-se a colocação de um gradeamento de proteção, junto à Igreja e do Centro de Saúde, nos passeios da Rua General Humberto Delgado e da Rua do Calvário, tendo a Junta de Freguesia solicitado o apoio da Câmara Municipal, apresentando para o efeito um orçamento no valor de €7.431,66, já com IVA incluído, à taxa legal em vigor. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais procedeu à análise e validação do orçamento apresentado. Assim, e tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a atribuição à Freguesia de Serzedelo, de uma verba no valor de €7.431,66 (sete mil quatrocentos e trinta e um euros e sessenta e seis



L.

cêntimos), já com IVA incluído, destinada às obras acima identificadas, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de delegação de competências a realizar.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE SÃO TORCATO – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA DE SEGADE –

Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 26 de maio de 2017, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 11 de maio de 2017, que aprovou a celebração de um contrato de atribuição de subsídio com a Freguesia de São Torcato para a execução de obras de requalificação na Rua de Segade, bem como a transferência de uma verba no valor de €95.407,74. Verificou-se, entretanto, que a referida rua é do domínio público municipal, pelo que, o mesmo deve ser tratado como delegação de competências e não como subsídio. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à Câmara Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal, a revogação das deliberações acima identificadas, bem como a aprovação da delegação de competências na Freguesia de São Torcato para execução das referidas obras, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, transferindo uma verba no valor de €95.407,74, mediante celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências. A verba será paga mediante autos de medição a elaborar pelo Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições

constantes da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, a realizar.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE SÃO TORCATO – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA DE SEGADE –

Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de São Torcato solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução das Obras de requalificação na Rua de Segade, tendo já sido atribuído um apoio no valor de €95.407,74. Para o efeito, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, apurando-se que o valor da obra realizada ultrapassou aquela verba em €9.800,00, de acordo com a quantificação realizada. Assim, e tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a atribuição à Freguesia de São Torcato, de uma verba no valor de €9.800,00 (nove mil e oitocentos euros), destinada às obras acima identificadas, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, devendo ser celebrado o respetivo aditamento ao contrato assinado.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DA COSTA – CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO -PROJETO DE REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO ANTIGO EDIFÍCIO DA E.B.1 DO MOSTEIRO PARA CENTRO DE DIA – PRIMEIRA REVISÃO –

Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 30 de junho de 2017, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 8 de junho de 2017, que



1.

aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia da Costa, para execução do “Projeto de reabilitação e ampliação do antigo do edifício da antiga EB1 do Mosteiro para Centro de Dia”, com uma verba no valor de €30.000,00. O Presidente da Junta da Freguesia veio informar não ter sido possível concluir o projeto acima identificado durante o ano 2017, solicitando autorização para a sua conclusão durante o ano de 2018. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo, a aprovação de uma revisão ao Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado no dia 5 de julho de 2017, alterando-se a Cláusula 5ª da seguinte forma: “O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2018”. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE SANDE SÃO MARTINHO - CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2018 – PRIMEIRA REVISÃO – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 30 de abril de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 12 de abril de 2018, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Sande S. Martinho, para execução da obra de “Pavimentação da rua de Santo Amaro, rua da Rocha e rua de Antigas e criação de um percurso pedonal com circuito de manutenção, abrangendo 3 artérias (rua do castelo, rua dos 4 Irmãos e rua das Vinhas)”, com uma verba no valor de €18.360,73. O Presidente da Junta da Freguesia solicitou a alteração do objeto do contrato, de forma a incluir a construção de um muro de sustentação de terras na Rua do Burgão, em substituição das obras na rua da Rocha e rua de antigas e criação de um percurso pedonal com circuito de manutenção, abrangendo 3 artérias (rua do castelo, rua dos 4 Irmãos e rua das Vinhas). Assim, nos termos da cláusula 10ª do Contrato de Atribuição de

Subsídio, celebrado em 13 de junho de 2018, submete-se à consideração do executivo camarário, para posterior aprovação pelo órgão deliberativo, a aprovação de uma revisão àquele contrato, passando a cláusula 1ª a ter a seguinte redação: “O presente contrato tem por objeto a atribuição de um subsídio à FREGUESIA para execução da obra de pavimentação da rua de Santo Amaro e construção de um muro de sustentação de terras na Rua do Burgão”.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE GUARDIZELA – AQUISIÇÃO DE TERRENO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Guardizela solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a aquisição de um terreno para construção da Casa Mortuária, apresentando para o efeito um relatório de avaliação, ao que se junta a avaliação pericial realizada pelo Município, no valor de €119.909,00. Assim, tendo em conta o interesse público inerente de que esta aquisição se reveste, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de Guardizela, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €95.000,00 (noventa e cinco mil euros), ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio a realizar.” **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro. -----

URBANISMO – PEDIDO DE EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE



h.

PÚBLICO MUNICIPAL - NITAL – GRANITO NATURAL, LDA - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SOUTO SANTA MARIA, SOUTO S. SALVADOR E GONDOMAR – Presente a seguinte proposta: “Solicita-se a análise do enquadramento da pretensão no Plano Diretor Municipal e enquadramento urbanístico e paisagístico sobre o presente pedido de certidão de interesse municipal, para futura regularização no âmbito do DI 165/2014 de 5 de novembro alterado pela Lei n.º 21/2016 de 19 de julho, da ampliação da exploração da “Pedreira das Lages” na área assinalada em planta e instalações industriais anexas, sita na Rua das Pedreiras, União das freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar. Tendo em conta os pareceres técnicos emitidos pela DU - Planeamento (15.2.2018 – favorável condicionada) e pela DDE (2.2.2018/21.5.2018) considera-se estarem reunidas as condições à emissão da certidão solicitada tendo em conta o ponto de vista urbanístico e económico. Igualmente, consultada a junta de freguesia local, refere em email datado de 4.7.2018 emitir parecer favorável, condicionado ao correto enquadramento no existente e desde que a mesma não cause perturbações na freguesia. Refere-se, ainda, que se desconhece se a pretensão poderá vir a ser passível de licenciamento/regularização, uma vez que deverão ser atendidas questões de enquadramento urbanístico/paisagístico e demais matérias regulamentares a que o projeto estará sujeito. A proposta ficará igualmente condicionada aos pareceres das entidades envolvidas. À consideração superior.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

URBANIMSO – PEDIDO DE EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL - BERNARDINO CASTRO SERVIÇOS FESTIVOS, LDA – FREGUESIA DE SILVARES – Presente a seguinte proposta: “Refere-se a presente informação, ao ponto de situação do pedido de certidão de

interesse municipal para a regularização e licenciamento da requalificação de antigos aviários e adequação (sem ampliação da construção) à nova função de armazenagem. O pedido visa a instrução de uma ação de relevante interesse público, nos termos do artigo 25.º do RJRAN - Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei nº 199/2015, de 16 de setembro, destinada a ações (e utilizações não agrícolas) desde que, não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas em RAN. Desta forma, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 25º do RJRAN, o requerimento instrutório do referido procedimento, deverá ser acompanhado de “Declaração emitida pela Assembleia Municipal do concelho onde se pretende realizar a ação, comprovando que o projeto é considerado de interesse público municipal”. De acordo com as peças desenhadas que se anexam ao processo PEIM, face aos limites de propriedade fornecidos, informa-se que de acordo com o Plano Diretor Municipal em vigor, publicado no Aviso nº 6936/2015 de 22 de junho, o terreno em apreço, destinado à intervenção proposta se encontra classificado como Solo rural, Espaços agrícolas/Reserva Agrícola Nacional (RAN), sendo atravessado por uma infraestrutura de transporte de energia – linha de alta tensão. No desenvolvimento processual foram emitidos pareceres pela Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (27.6.2018) e pela Divisão de Desenvolvimento Económico (5.6.2018) que deverão ser juntos em anexo. Igualmente, consultada a junta de freguesia local, é proposta em ata 10/2018, referente à reunião ordinária de 12 de outubro de 2018, a emissão de parecer favorável relativo ao supramencionado pedido, tendo essencialmente por base os seguintes argumentos: - requalificação de um espaço/edificação devoluta; - mais-valia em termos económicos para a freguesia, nomeadamente pela criação de postos de trabalho. Desta forma, consideram-se reunidas as condições necessárias à



emissão da certidão solicitada. Refere-se, ainda, que se desconhece se a pretensão poderá vir a ser passível de licenciamento/legalização, uma vez que deverão ser atendidas questões de enquadramento urbanístico/paisagístico, assegurada a acessibilidade compatível com a nova função e demais matérias regulamentares a que o projeto estará sujeito. A proposta ficará igualmente condicionada aos pareceres das entidades envolvidas. À consideração superior.” As referidas informações dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro. -----

REGULAMENTOS – ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, À TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E À TABELA DE TAXAS E ENCARGOS NAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS – ANO DE 2019 - Presente uma informação da Chefe da Divisão Jurídica respeitante às alterações ao Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas Municipais, à Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais e à Tabela de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro. -----

REGULAMENTOS – PROPOSTA DE REGULAMENTO DO SERVIÇO DE ABSTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA E DO SERVIÇO DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS – MUNICÍPIOS DE GUIMARÃES E VIZELA –

Presente, para aprovação pela Câmara Municipal e ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, a proposta de Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas – Municípios de Guimarães e Vizela, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas anexa.

DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram a favor a Vice-Presidente, Adelina Paula Pinto, e os Vereadores Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro, tendo a Vice-Presidente da Câmara usado o voto de qualidade após se ter repetido a votação por se ter verificado empate na primeira votação. -----

O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade, tendo-se, assim, ausentado do auditório e regressado após ter terminado a votação. A Vereadora Adelina Paula Pinto assumiu a presidência da reunião na discussão e votação da proposta. -----

Os Vereadores António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Neste ponto da ordem de trabalhos temos presente uma proposta para aprovação do novo Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas dos municípios de Guimarães e de Vizela. Tal novo regulamento decorre da necessidade de se ir ao encontro dos pareceres emitidos pela ERSAR, entidade Reguladora dos serviços de água e resíduos, um em 21/11/2012, e outro em 13/02/2014



11.

sobre a proposta que na altura lhes foi apresentada. Entretanto, em dezembro de 2017, foi publicado o decreto-lei 147/2017 que veio estabelecer novas regras, nomeadamente a tarifa social. Assim, em face dos pareceres da ERSAR e da nova legislação tornou-se necessário rever o regulamento aprovado em 2013 o qual constitui a presente proposta em apreciação. Ora, o parecer emitido pela ERSAR sobre o projeto de regulamento na altura apresentado, termina, referindo: *“Na sequência da análise efetuada recomenda-se a revisão do documento no sentido de incluir e atender aos comentários produzidos no presente parecer”*. Lembra ainda que: *“As entidades titulares ou gestores que tomem decisões desconformes com as decisões, recomendações, pareceres ou instruções da entidade Reguladora ficam obrigadas ao dever de fundamentação expressa da decisão com exposição circunstanciada dos fundamentos de facto e de direito que justifiquem a motivação do ato”*. Acontece que a nova proposta de Regulamento não acata três das recomendações da entidade Reguladora. A primeira, respeitante à cobrança individualizada dos ramais de ligação, na qual a ERSAR sugere que o custo dos ramais seja transferido gradualmente para as tarifas, a Vimágua não acata, socorrendo-se de um acórdão proferido 22/11/2013 pelo tribunal Central Administrativo do Norte, a propósito da cobrança de ramais no município de Barcelos, e ainda por entender que tal significaria o injusto agravamento das tarifas para os restantes consumidores entendendo que o argumento da ERSAR de “a cobrança do ramal constituir um obstáculo na acessibilidade ao serviço não corresponde à realidade que temos pelo facto de se verificar que na maioria das situações os proprietários pagam o ramal sem recurso de pagamento em prestações sem acréscimo de juros, situação com a qual não podemos estar de acordo já que não é pelo facto de me ser permitido pagar em prestações que eu adquiro um bem. Uma segunda recomendação da ERSAR,

sobre a eliminação da cobrança coerciva por meio de processo de execução fiscal presente na proposta de Regulamento, não é acatada pela Vimágua por entender que o acórdão proferido pelo Supremo Tribunal administrativo de 10/04/2013 terá vindo a acabar com incerteza quanto à competência do tribunal judicial na cobrança de dívida de uma empresa municipal proveniente do abastecimento público de água e no sentido de as mesmas deverem ser com assiduamente cobradas em processo de execução fiscal. Para além das duas recomendações da ERSAR antes referidas e não acatadas, também no respeitante à “responsabilidade pela instalação e manutenção de válvulas e acessórios” há um entendimento diferente por parte da Vimágua que atribui essa responsabilidade aos proprietários. Assim, e por entendermos que as recomendações da ERSAR não foram respeitadas, algumas das quais foram mesmo objeto de defesa em nossas intervenções ao longo de anteriores mandatos, iremos votar contra.” -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONCURSO PÚBLICO Nº 9/18 - AQUISIÇÃO DE SEGURANÇA E DE VIGILÂNCIA NAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – RETIFICAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – Presente a seguinte proposta: “Por deliberação da Assembleia Municipal de 25 de setembro de 2018 foi aprovada a repartição de encargos referente ao procedimento em assunto com início a 16 de outubro de 2018 e término a 15 de outubro de 2021. Todavia, devido a atrasos ocorridos no procedimento concursal a data de início foi prorrogada em relação ao período que estava previamente estabelecido, tendo sido promovido um procedimento na modalidade de Ajuste Direto para o período de 16 de outubro de 2018 a 30 de novembro de 2018. Assim, deve ser submetida à Assembleia Municipal a atualização da autorização da despesa relativa ao período de 01/12/2018 a



L.

30/11/2021, da seguinte forma: -----

Classificação Económica	Repartição de encargos			
	Ano 2018 (1 dez. a 31 dez.)	Ano 2019 (jan. a dez.)	Ano 2020 (jan. a dez.)	Ano 2021 (1 jan. a 30 nov.)
02.02.18	51.680,58€	620.166,96€	620.166,96€	568.486,38€

Os valores acima indicados estão isentos de IVA

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

RECURSOS HUMANOS – AUTORIZAÇÃO DE RECRUTAMENTO – Presente a seguinte proposta: “De acordo com comunicação da Caixa Geral de Aposentações recebida a 17 de outubro último, foi reconhecido o direito à aposentação, com efeitos a 1/11/2018, de um colaborador com a categoria de assistente técnico, que exerce funções nos serviços de metrologia/aferição. Sendo necessária a sua substituição, de acordo com a informação do respetivo dirigente, que se anexa, submete-se a aprovação da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a autorização para o recrutamento de um trabalhador para a carreira e categoria de assistente técnico, com as funções descritas naquela informação, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. A correspondente despesa está cabimentada através do cabimento n.º 294/2018.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

RECURSOS HUMANOS – ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS – Presente a seguinte proposta: “Decorrido cerca de um ano sobre a aprovação da estrutura e organização dos serviços municipais em vigor – que sofreu uma alteração pontual por deliberação de 18 de junho de 2018, com a criação do Serviço Municipal de Proteção Civil – a avaliação da experiência recolhida aconselha a proceder à sua alteração,

com o objetivo de aperfeiçoar o modelo organizacional de modo a contribuir para a implementação, com maior eficiência e eficácia, da visão e estratégia de médio prazo do município, numa perspectiva de aproximação aos cidadãos, de desburocratização e eficiência na afetação dos recursos públicos e da melhoria quantitativa e qualitativa dos serviços prestados. É neste contexto que se apresenta uma nova proposta de organização dos serviços do município, que se traduz, em síntese: Na agregação de áreas de atuação afins, com os consequentes ganhos de eficiência e de interoperabilidade; Na criação de unidades orgânicas em áreas para as quais se pretende dirigir especial atenção, tais como a habitação ou a intervenção social e educação; Na criação de unidades orgânicas de 3.º grau específicas em áreas de atuação que ganharam dimensão e necessidade de coordenação especializada; Na redefinição e reajustamento de unidades orgânicas preexistentes. Nos termos previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal: a) Aprovar o modelo de estrutura orgânica (estrutura hierarquizada, matricial ou mista); b) Aprovar a estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares; c) Definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis; d) Definir o número máximo total de subunidades orgânicas; e) Definir o número máximo de equipas de projeto. Compete por sua vez à Câmara Municipal, sob proposta do Presidente, nos termos previstos no artigo 7.º do referido Decreto-Lei n.º 305/2009: a) Criar unidades orgânicas flexíveis e definir as respetivas atribuições e competências, dentro dos limites fixados pela assembleia municipal; b) Criar equipas de projeto, dentro dos limites fixados pela assembleia municipal. Por fim, compete ao Presidente da Câmara Municipal, nos termos previstos no artigo 8.º do mesmo diploma: a) A conformação da estrutura interna das unidades orgânicas e das equipas de



11.

projeto; b) A afetação ou reafetação do pessoal do respetivo mapa. Deste modo, e ao abrigo e nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, conjugado com o disposto no n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, proponho que a Câmara Municipal delibere: 1. Propor à Assembleia Municipal a aprovação de um modelo hierarquizado, com a criação de uma estrutura nuclear composta por nove unidades orgânicas nucleares correspondentes a departamentos municipais, dirigidos por dirigente intermédio de 1.º grau, com as atribuições e competências descritas no Regulamento dos Serviços do Município de Guimarães (Anexo I). 2. Propor à Assembleia Municipal a aprovação de uma estrutura flexível, composta por: a. Unidades orgânicas flexíveis correspondentes a divisões municipais, dirigidas por dirigente intermédio de 2.º grau, até ao limite máximo de trinta. b. Unidades orgânicas flexíveis dirigidas por dirigente intermédio de 3.º grau, até ao limite máximo de sete. c. Aprovar a definição das competências, área, requisitos do recrutamento, e período de experiência profissional, bem como da respetiva remuneração, relativamente às unidades chefiadas por dirigentes de 3.º grau, nos termos do artigo 6.º do regulamento anexo. d. Subunidades orgânicas, com o nível de secção, num máximo de treze. e. Equipas de projeto em número não superior a três. 3. Aprovar, sob condição da aprovação das propostas referidas em 1 e 2 pela Assembleia Municipal, as atribuições e competências das unidades orgânicas flexíveis correspondentes a divisões municipais, dirigidas por dirigente intermédio de 2.º grau, e das unidades orgânicas flexíveis dirigida por dirigente intermédio de 3.º grau, nos termos definidos e descritos no mesmo anexo.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os

Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – CONTRATO PROGRAMA PARA O ANO DE 2019, COM A COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO TEMPO LIVRE FÍSICAL – CENTRO COMUNITÁRIO DE DESPORTO E TEMPOS LIVRES, CIPRL, AO ABRIGO DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, COM AS ATUALIZAÇÕES VIGENTES, QUE REGULA A ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL E O REGIME DAS PARTICIPAÇÕES LOCAIS – Presente a seguinte proposta: “I - **ENQUADRAMENTO:** 1. A Tempo Livre Físical – Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL (doravante **TEMPO LIVRE**), é uma Cooperativa de Interesse Público, constituída no dia 22 de janeiro de 1999, por iniciativa do Município de Guimarães (doravante **MUNICÍPIO**), aprovada em Assembleia Municipal de 21 de março de 1997, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de janeiro (adiante **DECRETO**); 2. O **MUNICÍPIO DE GUIMARÃES** é seu cooperante, e exerce, sobre ela, uma influência dominante, entre outros indicadores, por ser detentora da maioria dos seus títulos de capital, influência que sempre exercerá por força do disposto no n.º 4 do seu artigo 5.º, que dispõe que “nenhum membro admitido após a constituição da **TEMPO LIVRE** poderá subscrever títulos de capital cujo montante represente mais de vinte por cento do total de capital social”. 3. Com a constituição da **TEMPO LIVRE**, de acordo com o seu objeto social, o **MUNICÍPIO** transferiu a sua responsabilidade sobre a gestão de equipamentos e prestação de serviços na área do desporto, atividade de interesse geral que a **TEMPO LIVRE** tem vindo a desenvolver com reconhecido mérito, em benefício do Concelho de Guimarães. 4. O resultado de toda a atividade desenvolvida pela **TEMPO LIVRE**, quer através



1.

do fomento da atividade do desporto, quer através dos incentivos que imprime à prática do desporto e à promoção de alternativas saudáveis e enriquecedoras para a ocupação dos tempos livre da comunidade em geral, e jovens em particular, tem-se refletido na qualidade dos serviços prestados, nas mais variadas modalidades desportivas. 5. Com efeito, todos os espaços desportivos afetos à gestão da **TEMPO LIVRE** têm vindo a beneficiar de melhorias, fruto de uma gestão equilibrada que, continuamente, vem permitindo que o acesso de todos os utentes àqueles equipamentos e infraestruturas coletivas, seja conseguido com a prática de preços sociais. **II. DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO:** 1. Com a entrada em vigor da Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, que procedeu à segunda alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (doravante, a **LAEL**), e por força da introdução do n.º 3 no seu artigo 58.º, o disposto nos capítulos III e VI passou a aplicar-se, com as devidas adaptações, às régies cooperativas, ou cooperativas de interesse público, em que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º, ainda daquele diploma. 2. Estando, portanto, a **TEMPO LIVRE**, sujeita à verificação legal do cumprimento dos rácios a que se refere o artigo 62.º, n.º 1 daquele regime jurídico, o que se confirma em relação a todas as alíneas nele plasmadas. 3. Pelo que, cumprindo todas as demais exigências legais, designadamente as que constam do artigo 47.º da **LAEL**, o contrato programa que ora se submete a aprovação, não compromete a eficácia dos critérios de avaliação de sustentabilidade financeira previstos no referido art.º 62.º, n.º 1. Assim, considerando que: 4. Todas as atividades promovidas pela **TEMPO LIVRE** são atividades de interesse geral na área do desporto, nos termos da **LAEL**, e integram o âmbito das atribuições do **MUNICÍPIO**, nos termos da alínea f)

do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais. 5. O contrato-programa, doravante o **CONTRATO**, nos termos da **LAEL**, deve definir detalhadamente o fundamento da necessidade do estabelecimento da relação contratual, a finalidade desta, os montantes dos subsídios à exploração, assim como a eficácia e a eficiência que se pretende atingir com a mesma, concretizando um conjunto de indicadores ou referenciais que permitam medir a realização dos objetivos setoriais. 6. A celebração daquele **CONTRATO** é condição legal indispensável ao desenvolvimento da atividade da prestação de serviços de interesse geral, nos termos do artigo 47.º da **LAEL**. **III – PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA COM A COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO TEMPO LIVRE FISCAL – CENTRO COMUNITÁRIO DE DESPORTO E TEMPOS LIVRES, CIPRL:** 1. Assente nas razões enunciadas nos pontos anteriores, e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 47º da **LAEL**, proponho que a Câmara Municipal de Guimarães delibere aprovar a presente proposta, concretizada na celebração de um contrato-programa entre o Município de Guimarães e a Cooperativa de Interesse Público Tempo Livre Fiscal – Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL. 2. Simultaneamente, proponho a aprovação a minuta do respetivo contrato-programa e seus anexos, a celebrar entre o Município de Guimarães e a Cooperativa de Interesse Público Tempo Livre Fiscal – Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL, que, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 47.º da **LAEL**, titula a transferência da “Promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área do desporto”, a qual se junta e se dá por integralmente reproduzida, sem prejuízo dos ajustamentos de redação que venham a ser tidos por necessários em função do projeto aprovado, e que já mereceu parecer prévio favorável do Revisor Oficial de Contas, nos termos previstos na alínea



11.

c), do nº 6 do artigo 25º do LAEL, bem como submeter tais documentos e anexos à apreciação e discussão da Assembleia Municipal de Guimarães, com vista à sua aprovação, nos termos do disposto no nº 5 do Artigo 47º da LAEL; Consequentemente, porque contido naquele contrato-programa: 3. Aprovar que o produto proveniente da sua atividade, que inclui as taxas devidas pela utilização dos respetivos serviços, constitui receita da Cooperativa de Interesse Público Tempo Livre Físical – Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL; 4. Por último, caso a presente proposta seja sancionada pelos competentes órgãos municipais, que fique desde já legitimado o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães a outorgar o aludido contrato-programa. Anexam-se: **informação financeira**, a referida minuta e os anexos que dele fazem parte integrante.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – VIMÁGUA - EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA EIM, SA, – TARIFÁRIO 2019 - Propõe-se, para aprovação, o Tarifário da VIMÁGUA 2019, aprovado em reunião do Conselho de Administração e da Assembleia Geral da VIMÁGUA em reuniões, respetivamente, de 15 e 16 de outubro de 2018, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor a Vice-Presidente, Adelina Paula Pinto, e os Vereadores Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro, tendo a Vice-Presidente da Câmara usado o voto de qualidade após se ter repetido a votação por se ter verificado empate na primeira votação. -----

O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade, tendo-se, assim, ausentado do auditório e regressado após ter terminado a votação. A Vereadora Adelina Paula Pinto assumiu a presidência da reunião na discussão e votação da proposta. -----

TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NO ALTO DE SANTO ANTONINO, FREGUESIA DE MESÃO FRIO – Presente a seguinte proposta: “Pela presente se submete à apreciação Camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Mesão Frio, conforme postura em anexo, aprovada pela Junta e Assembleia de Freguesia. A proposta visa a criação de condições de segurança e ordenamento da circulação de trânsito.” A postura de trânsito e as deliberações dos órgãos executivo e deliberativo da Freguesia de Sande S. Martinho dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PROTEÇÃO CIVIL – ATRIBUIÇÃO DE APOIO NO ÂMBITO DO COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE GUIMARÃES E DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CALDAS DAS TAIPAS – Presente a seguinte proposta: “Conservar e proteger a floresta da sua principal ameaça - o fogo - tem sido uma preocupação constante do executivo municipal. Contudo, Guimarães, como tantos outros concelhos, combate todos os anos a destruição da sua floresta pela ação dos incêndios, através das suas forças de bombeiros. No presente ano, desde 1 de janeiro até 15 de outubro, Guimarães sofreu já 175 incêndios rurais, correspondendo 24ha de área ardida na zona de intervenção dos Bombeiros Voluntários de Caldas das Taipas e 20ha de área ardida na zona de intervenção dos Bombeiros Voluntários de Guimarães. A prevenção de incêndios rurais prevê uma abordagem integradora em que todos os agentes devem garantir que o



L1.

território florestal é gerido, que o combustível é reduzido, que o combate é planeado e não reativo e que a recuperação é mitigadora dos riscos recorrentes. Tal ação tem vindo a contribuir para que este problema seja atenuado devido à rápida intervenção por parte das equipas de combate a incêndios dos Bombeiros Voluntários, que algumas vezes tiveram que solicitar o apoio de Corporações de Concelhos vizinhos dado o número de ocorrências que surgiam em simultâneo e que tornavam insuficientes os elementos disponíveis para o combate. Neste contexto, e sendo, claramente, reconhecido o papel imprescindível e fundamental das Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários, submete-se à consideração superior a atribuição de um subsídio de €15.000,00 aos Bombeiros Voluntários de Caldas das Taipas e de €7.500,00 aos Bombeiros Voluntários de Guimarães, de forma a fazer face às despesas com o desgaste de material e alimentação dos vários elementos envolvidos no combate a incêndios florestais. A diferença de valores ora proposta deve-se ao facto de ter ocorrido um maior número de incêndios na área de intervenção dos Bombeiros Voluntários de Caldas das Taipas. Efetivamente, de acordo com a informação remetida pelo Comandante Operacional Distrital, para além do número de incêndios dentro da área de intervenção de Guimarães ser inferior ao das Taipas (72 em Guimarães e 103 nas Taipas), o número de intervenções fora das respetivas áreas de influência foi de 13 para os B. V. de Guimarães e 95 para os B. V. de Caldas das Taipas." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO - PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO PARA AQUISIÇÃO DE LIVROS DE FICHAS E/OU CADERNOS DE ATIVIDADES – ANO LETIVO 2018/2019 – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 19 DE JULHO DE 2018 – Presente a seguinte proposta: “Como é do conhecimento superior, em reunião de Câmara de 19

de julho último, foi deliberado atribuir para o ano letivo 2018/2019 um apoio aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico para a aquisição de livros e cadernos de atividades nas diferentes áreas curriculares no valor de €154.632,46. De modo a permitir que os alunos dispusessem dos livros e cadernos de fichas necessários à atividade letiva logo no início do ano, o apoio a conceder foi calculado tendo por base o número de alunos matriculados no ano letivo transato e o preço unitário de cada um dos livros, dado que à data de apresentação da proposta não estavam ainda disponíveis os dados atualizados. Considerando que na generalidade dos casos a verba se revelou insuficiente para fazer às reais necessidades por força da atualização do número de alunos matriculados, propõe-se que se proceda à retificação da deliberação de 19 de julho e que seja dado despacho de autorização de cabimento e compromisso para a transferência para os agrupamentos de escolas de uma verba no valor de €6.866,38, conforme tabela em anexo. Acresce ainda que no caso dos Agrupamentos de Escolas de D. Afonso Henriques e Virgínia Moura haverá lugar a restituição de verba à autarquia no valor de €719,19.” A referida tabela dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA EB 2,3 JOÃO DE MEIRA -

PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Associação de Pais da Escola EB 2,3 João de Meira solicitou a colaboração do município através da cedência de autocarro, para efetuar o transporte dos alunos, no dia 18 de dezembro, a Santa Maria da Feira. Considerando que se trata de uma deslocação inserida no programa de férias de Natal e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho datado 24 de outubro de 2018, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a



M. I.

atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – SETEMBRO DE 2018 - Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 21 de dezembro de 2017 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - DOAÇÃO DE TELA SOBRE O ANO PASTORAL 2018-2019 AO ARCIPIRESTADO DE GUIMARÃES E VIZELA – Presente a seguinte proposta: “No passado dia 10 de outubro decorreu, no Multiusos de Guimarães, a habitual Eucaristia Sénior, integrada nas Comemorações do Dia Internacional do Idoso, tendo o altar sido decorado com uma tela, da autoria da Diocese de Braga, que representa a imagem do Ano Pastoral 2018-2019. A referida tela foi adquirida pela Câmara pelo valor de €123,00 (cento e vinte e três euros), tendo um reconhecido valor simbólico para o Arciprestado de Guimarães e Vizela, que a pode utilizar nas suas diversas atividades religiosas, pelo que coloco à consideração superior a doação desta tela a este Arciprestado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - CONVÍVIO ASSOCIAÇÃO CULTURAL - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA AQUISIÇÃO DE SEDE SOCIAL – Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal, em sua reunião de 18 de outubro de 2018, deliberou, nos termos do nº 6 do art.º 2º do Regulamento de Atribuição de Subsídios às Entidades Culturais, Artísticas, Recreativas e Humanitárias de Guimarães, conceder ao Convívio Associação Cultural um subsídio de €150.000,00, destinado ao exercício do direito de preferência para aquisição da sua sede social, no valor de €370.000,00, imóvel situado no Largo da Misericórdia, 5, 6, 7 e 8, União das Freguesias de Oliveira, São Paio e São Sebastião, concelho de Guimarães, inscrito na respetiva matriz sob o art.º 2081.º e descrito na Conservatória sob o n.º 815/20090908, conforme documento que se anexa (**Doc. 1**). Mais foi aprovado, na mesma deliberação, que o subsídio seria pago no ato da escritura. Entretanto, veio aquela Associação apresentar uma exposição, que se anexa e aqui se dá por reproduzida, onde, em síntese, comunica que pretende interpor uma ação de preferência, nos termos do art.º 1410.º do Código Civil, porquanto os proprietários venderam o prédio no dia 15/10/2018 a uma outra entidade pelo preço de €370.000,00 (**Doc. 2**). Por estes motivos, vem a Associação solicitar que a Câmara Municipal proceda à transferência daquela verba, possibilitando-lhes, assim, proceder ao depósito da quantia total nos 15 dias posteriores à propositura da ação, conforme disposto no n.º 1 do art.º 1410.º do Código Civil. Considerando que se mantêm os pressupostos que determinaram a aprovação da atribuição do subsídio, bem como as informações jurídicas prestadas sobre este assunto, proponho: Que a Câmara Municipal delibere modificar/alterar aquela deliberação aprovando que o pagamento do subsídio de €150.000,00 deve observar as seguintes condições: **1** - No articulado da ação judicial a interpor pela Associação deve constar que o depósito do preço global de €370 000,00 será feito, quanto a



L.

pe

€150 000,00, através de um subsídio concedido pela Câmara Municipal de Guimarães, destinado exclusivamente ao fim de aquisição do prédio, pelo que, na hipótese de a ação vir a ser julgada improcedente, e conforme condição de concessão daquele subsídio, esse valor deve ser devolvido à Câmara Municipal de Guimarães, pelo que esta entidade é a única a quem pode ser autorizado o levantamento dessa parcela do preço. 2 – O subsídio só será pago à Associação mediante apresentação do documento comprovativo da interposição da ação judicial no competente Tribunal, com indicação da data da entrada, juntando cópia da petição inicial; 3 – A Associação deve enviar à Câmara Municipal o documento comprovativo do depósito da quantia, no prazo de 8 dias após a sua realização; 4 - A Associação deve informar regularmente a Câmara Municipal do desenvolvimento do processo no Tribunal e se, por qualquer vicissitude, a ação vier a ser julgada improcedente, a Associação perde o direito a este subsídio.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - ASSOCIAÇÃO VIMARANENSE PARA A ECOLOGIA - Ecorâmicas 2018 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “A Associação Vimaranesa para Ecologia (AVE) é uma instituição privada sem fins lucrativos constituída a 10 de abril de 2001, tendo como escopo a defesa e promoção de um melhor ambiente natural e construído, na procura de um desenvolvimento equilibrado e sustentado, através da informação, debate e divulgação de ações que visem a resolução de questões ambientais. Em 2018, a Associação Vimaranesa para a Ecologia - "AVE" – pretende levar a cabo a 6ª edição das Ecorâmicas, de 25 a 28 de outubro. A mostra de cinema documental contará como habitualmente com oradores convidados, oriundos do meio académico e ou do meio

associativo, e será subordinada ao tema "Mobilidade Sustentável". Trata-se de um evento que, ao longo destes anos, deu mostras da sua consistência e relevância, não apenas junto daqueles que abraçam ativamente a causa do ambiente, mas, igualmente, da comunidade escolar e público em geral. Contudo, por se entender que deveria ser acessível ao maior número possível de cidadãos, trata-se de um evento de acesso gratuito, pelo que solicitam à Câmara Municipal um apoio financeiro que lhes permita assegurar o pagamento das despesas efetuadas, cujo montante não é comportável exclusivamente pelo orçamento da AVE. Assim, considerando que se trata de um evento focado no Ambiente, que se encontra em linha com a prossecução do interesse municipal, nomeadamente porque promove junto da população em geral, e da comunidade escolar em particular, a sensibilização para as mais diversas questões em torno da qualidade de vida e bem-estar da comunidade e sua interdependência com o meio ambiente, proponho, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição, à Associação Vimaranesa para a Ecologia, de um subsídio de €2.500,00, destinado a comparticipar nos custos de organização da 6ª edição das Ecorâmicas, que decorreram de 25 a 28 de outubro de 2018."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO - ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA E DESPORTIVA DE NESPEREIRA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte

proposta: "A Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Nespereira solicitou a colaboração do município através da cedência de autocarro, para efetuar o transporte da equipa de Futsal Sénior Feminino, no dia 14 de outubro, ao Sabugal. Considerando que se tratou de uma deslocação que visou a participação da equipa no jogo da pré-eliminatória da Taça de Portugal e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da



1.

m

viatura em causa, por despacho datado de 15 de outubro de 2018, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO – ASSOCIAÇÃO DESPORTOS DE COMBATE KTF DE GUIMARÃES

– PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO - Presente a seguinte proposta: “A Associação Desportos de Combate KTF de Guimarães solicitou a colaboração do município através da cedência de autocarro para efetuar o transporte dos atletas, nos dias 3 e 4 de novembro, a Coimbra. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação de cerca de 50 atletas no Campeonato Nacional de Kemp e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 16 de outubro de 2018, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO - CART – CENTRO DE ATIVIDADES RECREATIVAS TAIPENSE -

PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O CART – Centro de Atividades Recreativas Taipense solicitou a colaboração do município através da cedência de autocarro, para efetuar o transporte de duas equipas de formação de voleibol feminino, no dia 3 de novembro, a Bragança. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação das equipas Cadetes e Juniores em jogos oficiais e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 24 de outubro de 2018 foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o

transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DIVERSOS – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – ANO DE 2018 –

Presente a seguinte proposta: “Nos termos do disposto no nº 14 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro, a Câmara Municipal tem de comunicar à Direcção-Geral dos Impostos, até 31 de dezembro, a deliberação da Assembleia Municipal que fixou as novas taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis. Considerando as dificuldades que as famílias vão continuar a enfrentar em 2019, e pese embora o risco controlado para a sustentabilidade do orçamento municipal associado a esta medida, proponho, nos termos do art.º 112º do CIMI: Que seja fixada a seguinte taxa para liquidação daquele imposto: Prédios urbanos = 0,35 %. Esta proposta representa uma redução de 22% face ao máximo permitido por lei (0,45%), ficando as taxas propostas próximas do limite inferior (0,30%). Aplicar as seguintes majoração e minoração à taxa agora proposta, da seguinte forma:

- Majoração em 30% da taxa a aplicar a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os edifícios que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a respetiva função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens (nº 8 do art.º 112º).
- Redução da taxa a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela, (artº112ºA): -----

Número de dependentes à cargo	Dedução fixa (em €)
2	40
3 ou mais	70



21.

DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**. “O Imposto Municipal sobre Imóveis é um imposto municipal que se reveste de particular importância. Para o orçamento municipal onde significa cerca de 20% do total de receitas arrecadas. Mas sobretudo para as populações, pelo peso que assume nos orçamentos familiares. Neste imposto municipal são muito antigas as intervenções dos vereadores do PSD, e do PSD/CDS a partir de 2013. Assinalando-se as subidas permanentes das receitas asseguradas por este imposto e ainda a circunstância de no conjunto de municípios nossos vizinhos, nomeadamente os do chamado “Quadrilátero Urbano”, Guimarães aquele que apresenta taxas mais elevadas e o que apresenta um valor mais elevado IMI cobrado por habitante. Após anos de insistência dos vereadores PSD/CDS com a descida deste imposto o executivo socialista acedeu a baixar a taxa de IMI, de 0,375 % para 0,35% do valor patrimonial tributário, no ano antecedente às Eleições Autárquicas de 2017, numa manobra tipicamente eleitoralista mas que não deixava de, ainda que parcialmente, vir ao encontro do que vínhamos exigindo. Isto porque se mantinha uma taxa pouco consonante com as praticadas pelos nossos vizinhos diretamente em competição territorial com Guimarães. Nas Eleições Autárquicas de 2017, no âmbito dos “Compromissos com as Pessoas” apresentados pelo candidato a Presidente de Câmara da coligação Juntos por Guimarães propunha-se, concretamente, a **redução em 10% deste Imposto Municipal sobre Imóveis**. Fundamentando a proposta, concreta e responsavelmente, na circunstância de a receita arrecadada em

sede de IMI com a taxa em 0,375% haver sido da ordem dos € 19.800.000, depois com a taxa de 0,35% (taxa atual) de € 18.500.000, pelo que se estima que após a redução de 10% apresentada como proposta eleitoral a taxa se situaria nos 0,315% e a receita nos € 17.000.000. Montante de receita que corresponde ao arrecadado no ano de 2013 pelo que do que se trataria apenas do regresso aos montantes de cobrança com que tinha iniciado o mandato 2013/17. Esta foi, sem hesitações nem receios, a proposta apresentada pela coligação Juntos por Guimarães que integrava os partidos por que foram eleitos os vereadores subscritores. Porque coerente com aquilo que os seus representantes no executivo municipal foram defendendo ao longo dos anos. A proposta que nos apresenta o executivo socialista é a sua, não correspondente com aquela que vêm defendendo, de há anos a esta parte, os vereadores PSD/CDS. Por essa razão, em coerência com a circunstância de terem para este imposto municipal uma visão diferente, os vereadores PSD/CDS votam contra.” -----

DIVERSOS - DERRAMA SOBRE A COLETA DE 2018 (A COBRAR EM 2019) –

Presente a seguinte proposta: “Nos termos do disposto no nº 1 e 12 do art.º 18º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, proponho que a Câmara Municipal aprove e submeta à aprovação da Assembleia Municipal o lançamento de uma derrama para o ano de 2018 a cobrar em 2019 para financiar investimentos, nomeadamente, na regeneração económica do concelho: a) – De 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre os rendimentos de pessoas coletivas (IRC), dos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior superior a €150.000; b) – De 1 % sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre os rendimentos de pessoas coletivas (IRC), dos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse €150.000.”

DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA



11.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**. “Os vereadores PSD-CDS propõem desde início do mandato iniciado em outubro de 2013 a aplicação de uma Derrama transversal de 1,20%, porque competitiva face ao que é praticado nos municípios vizinhos. Na esteira aliás do que vinha sendo proposto no mandato anterior pelos vereadores do PSD, quanto a este imposto municipal. Para o próximo exercício, propõe-nos a Câmara a manutenção da taxa da Derrama máxima para as empresas cujo volume de negócios ultrapasse os €150.000,00 isto é, 1,5%, e uma taxa reduzida de 1% para as empresas cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse esses mesmos €150.000,00. Ora, o que se nos apresenta é a manutenção das taxas de Derrama aplicáveis no ano anterior. Ou seja, apesar das expectativas que foram criadas nos cidadãos, apesar da retórica nos termos da qual se voltaria a política para a competitividade das nossas empresas, a verdade é que aquilo com que nos deparamos é com uma total ausência de novidades neste novo executivo socialista. Que se limita a manter as taxas existentes no executivo que lhe antecede. Em nossa opinião, a taxa aplicável à Derrama deve atender, essencialmente, ao conceito de competitividade entre municípios vizinhos, pois que nos preocupa a perda de competitividade do concelho de Guimarães face a outros municípios, por aplicação de uma Derrama superior a concelhos que apresentam uma estrutura empresarial e industrial em tudo idêntica à de Guimarães, transformando Guimarães num município fiscalmente menos atraente. Esta circunstância da competitividade fiscal se comparada com territórios de proximidade geográfica e com municípios de configuração sócio-económica”

idêntica à nossa, é o principal fator a ponderar na aplicação destas taxas. Ao manter as taxas aplicadas no ano e mandato anteriores demonstra a Câmara abdicar de utilizar este imposto municipal com uma dimensão política e de competitividade territorial. Aliás, refira-se mesmo que a taxa por nós proposta é uma taxa média face às duas propostas praticar pelo atual executivo socialista, pelo que não se trata aqui de propor uma descida deste imposto municipal, mas sim de o aplicar com uma filosofia totalmente diversa. Diga-se, mesmo, que consideramos a medida de aplicação de uma taxa mais reduzida (1%) às empresas cujo volume de negócio não ultrapasse €150.000,00 uma medida de reduzido nexó na perspetiva, que sempre defendemos, da promoção do emprego, pois que as empresas de maior volume de negócios são necessariamente as mais capazes de nos ajudar no objetivo de combate ao desemprego. Ao se penalizar as empresas que têm maior potencialidade de criação de emprego, está-se a dar um sinal em sentido completamente contrário àquilo que necessita a nossa sociedade ao nível da intervenção dos seus representantes políticos. Pelos motivos expostos, os vereadores PSD-CDS votam **contra**.” -----

DIVERSOS – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – ANO DE 2019 – Presente a seguinte proposta: “Considerando o disposto no nº 1 do artigo 26º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, proponho que seja fixada a taxa de 5% como participação do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial.” **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro, que apresentaram



L.

M.

a seguinte **declaração de voto**. “No que respeita à participação variável em sede de IRS (flexibilidade concedida às Câmaras de definirem a taxa até 5%), a lei, ao atribuir às Câmaras Municipais a possibilidade de definirem a taxa até 5%, isto é, ao lhes conferir a possibilidade de fazerem os seus concidadãos pagar até menos 5% de IRS do que os habitantes de outros concelhos, concebeu e concedeu um instrumento de política fiscal para poder ser utilizado pelos governantes municipais para atração de população ou para evitar a sua fuga, e ainda, de estímulo ao aumento do poder de compra no território concelhio. Naturalmente que uma redução desta taxa implica a consequente e proporcional perda de receitas do município, pelo que a opção que há a fazer é até extremamente simples. Os dados demográficos recentes demonstraram o concelho de Guimarães a perder população, em contraciclo com os seus vizinhos mais próximos que aumentaram em população e de um modo substancial. Naquela que sempre foi a opinião manifestada pela coligação Juntos por Guimarães e pelos partidos que a compõem, o objetivo da fixação de residentes e de atração de quadros e pessoal qualificado em geral, é um objetivo que deve ser elevado à categoria de prioritário. Guimarães deve criar condições de atratividade suplementares por forma a incentivar a fixação de quadros no nosso concelho. É o que tem sido à exaustão nas candidaturas assumidas pelos partidos subscritores, com propostas e iniciativas concretas. Por outro lado, consideramos que a determinação de políticas fiscais de incentivo a um aumento de poder de compra dos nossos concidadãos é uma obrigação dos governantes municipais, particularmente num concelho como o de Guimarães onde o poder de compra é dos mais reduzidos. Para estes objetivos, entendemos ser decisiva uma discriminação positiva concedida aos cidadãos Vimaraneses em sede de IRS, como medida de estímulo à fixação de quadros, de incentivo ao aumento populacional, de fomento à

migração e consequente instalação de novas famílias no nosso concelho, bem como de estímulo ao aumento do poder de compra. Razão pela qual, os vereadores do PSD-CDS votam contra esta proposta.” -----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS – REVISÃO ORÇAMENTAL – Presente a seguinte proposta: “Tendo sido recebida uma importância respeitante ao Imposto Municipal sobre Veículos, abolido em 2007, e, considerando que no orçamento do ano 2018 esta rubrica não foi inscrita, torna-se necessário proceder a uma revisão orçamental nos seguintes termos: RUBRICAS ORÇAMENTAIS DE RECEITA - Inscrição no Orçamento da rubrica orçamental com a classificação 01.02.07.03 designada por Impostos diretos - Outros – Impostos abolidos – Imposto municipal sobre veículos, no valor de €100,00; Diminuição no Orçamento da rubrica orçamental com a classificação 13.01.99 designada por Outras Receitas de Capital – Outras - Outras, no valor de €100,00. A aprovação desta revisão é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do nº1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.”

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2019 - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - PLANO DE ATIVIDADES - ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES PARA O ANO DE 2019. REGULAMENTO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – MAPA DE PESSOAL 2019 - ORÇAMENTOS DAS ENTIDADES PARTICIPADAS - Presente, em anexo, a proposta respeitante ao Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Atividades e Orçamento da Câmara Municipal de Guimarães para o ano de 2018, Regulamento de Execução Orçamental, Mapa de Pessoal 2018 e Orçamentos das Entidades Participadas, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.



DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Pelas 12.30 horas, o Presidente da Câmara passou a palavra ao cidadão César Machado, que, na qualidade de Presidente da Direção do Convívio – Associação Cultural, expressou um agradecimento público pela deliberação tomada nesta reunião de Câmara, por unanimidade, no que respeita ao apoio a conceder àquela entidade. -----

O Presidente da Câmara agradeceu a intervenção de César Machado, dizendo nada ter a acrescentar ao teor da deliberação hoje aprovada pelo executivo camarário. -----

PELAS DOZE HORAS E QUARENTA E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----

Domingos Beirão

João Paulo Xavier